

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH/CE
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS - SOHIDRA/CE

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO
PROÁGUA

RELATÓRIO PARCIAL II
DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA



ADUTORA DE GRAÇA

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS
PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

PROÁGUA

RELATÓRIO PARCIAL II
DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

ADUTORA DE GRAÇA

FORTALEZA
AGOSTO – 2005

INDICE

| | |
|---|-----------|
| 1 – APRESENTAÇÃO | 4 |
| 2 – METODOLOGIA DE TRABALHO | 6 |
| 3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS | 10 |
| 3.1 – PRODUÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO | 10 |
| 3.2 – OFICINA DE CAPACITAÇÃO – MÓDULO I..... | 10 |
| 3.3– MONITORAMENTO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO..... | 17 |
| 4 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES..... | 21 |
| 5 – AVALIAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 24 |
| 6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 26 |

ANEXOS

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO: FOLDERS/SPOTS

PROGRAMA DAS ATIVIDADES

LISTA DE PRESENÇA

TEXTOS DISTRIBUÍDOS NAS ATIVIDADES

REGISTRO FOTOGRÁFICO

1 – APRESENTAÇÃO

1 – APRESENTAÇÃO

O documento ora apresentado, constitui-se no Relatório Parcial II, contendo as atividades realizadas no âmbito do Projeto de Educação Ambiental e Sanitária, durante o período de **01 a 31 de agosto de 2005**, no município de **Graça**.

Para efeito de monitoramento e acompanhamento, as informações serão apresentadas em 02 (duas) etapas.

Inicialmente serão descritas as atividades previstas nos Termos de Referência, objeto deste contrato.

Na etapa seguinte descreveremos as atividades complementares, fundamentais ao desenvolvimento do processo de Educação Ambiental e Sanitária, sobretudo no que se refere às ações de mobilização e capacitação.

2 – METODOLOGIA DE TRABALHO

2 – METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia apresentada no Projeto de Educação Ambiental e Sanitária tem seu fundamento nos pressupostos básicos de mobilização social contando com a participação do cidadão.

Dando enfoque ao Projeto de Educação Ambiental e Sanitária, o período do mês de agosto foi voltado para realização do módulo I, que tem como importância a formação de multiplicadores em educação ambiental e sanitária, bem como a elaboração de um projeto sócio ambiental que seja inserido nas atividades de rotina da comunidade.

Vale salientar que nas últimas décadas a questão ambiental tornou-se uma preocupação mundial. A grande maioria das nações do mundo reconhece a emergência dos problemas ambientais. A destruição da camada de ozônio, acidentes nucleares, alterações climáticas, desertificação, armazenamento e transporte de resíduos perigosos, poluição hídrica, poluição atmosférica, pressão populacional sobre os recursos naturais, perda de biodiversidade são algumas das questões a serem resolvidas por cada uma das nações do mundo, segundo suas respectivas especificidades.

Entretanto, a complexidade dos problemas ambientais exige mais do que medidas pontuais que busquem resolver problemas a partir de seus efeitos, ignorando ou desconhecendo suas causas.

A questão ambiental deve ser tratada de forma global, considerando que a degradação ambiental é resultante de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade apropria-se e utiliza os recursos naturais e quando se volta para as medidas mitigadoras deve ser tratada no âmbito local onde existem os problemas ambientais específicos de cada ambiente.

Não é possível pretender resolver os problemas ambientais de forma isolada. É necessário introduzir uma nova abordagem decorrente da compreensão de que a existência de uma certa qualidade ambiental está diretamente condicionada ao processo de desenvolvimento adotado pela nações.

O modo como se dá o crescimento econômico, comprometendo o meio ambiente, seguramente prejudica o próprio crescimento, pois inviabiliza um dos fatores de produção: o capital natural. Natureza, terra, espaço devem compor o processo de desenvolvimento como elementos de sustentação e conservação dos ecossistemas. A degradação ou destruição de um ecossistema compromete a qualidade de vida da

sociedade, uma vez que reduz os fluxos de bens e serviços que a natureza pode oferecer à humanidade.

Logo, um desenvolvimento centrado no crescimento econômico que relegue para segundo plano as questões sociais e ignore os aspectos ambientais não pode ser denominado de desenvolvimento, pois de fato trata-se de mero crescimento econômico.

Em 1987 a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas apresentou ao mundo um relatório (denominado de Relatório Brundland) sobre o tema desenvolvimento. Esse relatório apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável além de afirmar que um desenvolvimento sem melhoria da qualidade de vida das sociedades não poderia ser considerado como desenvolvimento.

O relatório Brundland definiu desenvolvimento sustentável como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas.

Pode-se considerar, portanto, desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que tratando de forma interligada e interdependente a variável econômica, social e ambiental é estável e equilibrado garantindo melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

É certo que a implementação do desenvolvimento sustentável passa necessariamente por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade uma vez que implica em mudanças no modo de agir dos agentes sociais, objetivando assim, uma sociedade sustentável focando seus direitos e deveres políticos, social, econômico e ambiental.

No processo de implementação do desenvolvimento sustentável a educação ambiental torna-se um instrumento fundamental.

O sucesso das ações que devem conduzir ao desenvolvimento sustentável dependerá em grande parte da influencia da opinião pública, do comportamento das pessoas, e de suas decisões individuais. Mesmo considerando que existe certo interesse pelas questões ambientais há que reconhecer a falta de informação e conhecimento dos problemas ambientais.

Logo, a educação ambiental que tenha por objetivo informar e sensibilizar as pessoas sobre os problemas (e possíveis soluções) existentes em sua comunidade, buscando transformar essas pessoas em indivíduos que participem das decisões sobre

seus futuros, exercendo desse modo o direito a cidadania, torna-se um instrumento indispensável no processo de desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto as atividades desenvolvidas do módulo I foram firmadas nestes princípios onde contextualiza a realidade local de forma interativa e participativa da sociedade representativa de cada município, tendo como ação a elaboração de um projeto.

O processo de discussão e elaboração do projeto tem sido desenvolvido através da realização de reuniões, onde nestas, são realizadas oficinas focando o comprometimento de cada multiplicador para a implementação do projeto de forma racional e centrada, fazendo valer o seu papel de multiplicador ambiental na sua localidade.

Para tanto, com base nas palavras de Pedro Demo “ Educar não é produzir discípulos, asseclas, cúmplices, mas sim , outros educadores, de cuja capacidade de autonomia se nutrem para serem educadores”, o repasse de informações, através de palestras, seminários, leitura e discussão de textos estão sendo realizados com a utilização de dinâmicas e técnicas que possibilitem a motivação para participar , permitam uma maior interação entre os envolvidos, e a reflexão da relação sobre o que está sendo discutido e o contexto local.

Nesse sentido as atividades complementares desenvolvidas pela técnica social na localidade que tem como importância fundamental, preparar o alicerce para a absorção de conhecimentos que contribua para a mudança de atitudes.

Dentro do processo de mobilização para a realização as atividades desenvolvidas e complementares são utilizados os instrumentos de comunicações como: convites impressos, visitas às instituições, contatos com representantes religiosos para que divulguem na missa, culto etc., e com emissoras de radio comunitária, AM, FM, etc.

3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 – PRODUÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO

Dentro das linhas de ação da Lei de nº 9.795 que dispõe sobre a educação ambiental, encontram-se as atividades vinculadas à Política Nacional do Meio Ambiente e dentre estas, pode-se citar a produção e divulgação de material educativo (Art. 8º, inciso III).

Mediante a esse pressuposto, durante o mês de agosto, o material de divulgação refere-se à confecção de folders e a veiculação de spot educativo.

O material foi elaborado em conformidade com os Termos de Referência, no que diz respeito às especificações e a quantidade produzida e com a aprovação da Secretaria dos Recursos Hídricos.

A confecção do material educativo/informativo em forma de folders teve dois modelos. O primeiro alusivo à construção das adutoras nos municípios contemplados com programa PROÁGUA (modelo anexo) e o segundo modelo foi elaborado de forma educativa abordando os temas água e resíduos sólidos, conforme modelo anexo.

Estes foram distribuídos nas instituições e entidades representativas, como Prefeitura, secretarias públicas municipal, sindicatos, escolas, Conselho Tutelar, Câmara de Vereadores, associações comunitárias e membros do GAPP.

Quanto à veiculação dos spots ocorreu na Rádio Nossa Senhora das Graças no período da tarde, sendo que a partir do dia vinte de agosto a veiculação foi através de carro de som, no período da manhã e tarde, com duração de trinta minutos. Este carro fez o percurso na sede do município e na localidade de Barro Vermelho. Segue anexo os spots.

3.2 – OFICINA DE CAPACITAÇÃO – MÓDULO I

A construção de uma proposta de educação ambiental comprometida com o exercício da cidadania no processo de gestão ambiental deve proporcionar condições para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades, e desenvolvimento de atitudes visando a participação do cidadão, principalmente de forma coletiva.

Segundo a Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e o Decreto 4.281/02, que a regulamenta, a Educação Ambiental para cumprir seu papel de instrumento de gestão ambiental deve ser praticada em articulação com atividades ambientais como: conservação da biodiversidade, zoneamento ambiental,

licenciamento, gerenciamento costeiro, manejo sustentável de recursos ambientais, gestão de recursos hídricos, ecoturismo, gerenciamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos etc.

Isto significa que o processo educativo deve ser desenvolvido com os grupos sociais diretamente envolvidos com as atividades de gestão ambiental, objetivando a sua participação na prevenção e solução de problemas ambientais.

Mediante ao que foi elucidado a atividade de capacitação em educação ambiental apresentou como aplicação metodológica o seguinte:

- Dinâmica de Grupo, cujos objetivos foram: desinibir a capacidade criadora dos participantes, levando-os a se tornarem bastantes desenvolvidos; aumentar a coesão do grupo; proporcionar um aperfeiçoamento do trabalho coletivo, procurando atingir, através do grupo, metas socialmente desejáveis. Foram realizadas dinâmicas de apresentação, de conhecimento e de integração.
- Os temas foram explanados em forma de slides, como também a distribuição de textos e apresentação de vídeo.
- O tema meio ambiente foi abordado em seu conceito, enfatizando a interação evolucionária (fatores abióticos, fatores bióticos e cultura humana). Foram ressaltados os problemas ambientais dentro da visão global, direcionando-os para os problemas locais.
- No item resíduos sólidos foram salientados os aspectos sociais, econômicos, sanitários e ambientais, dando ênfase ao ciclo de vida das embalagens e sua viabilidade econômica dentro do contexto da coleta seletiva.
- Em relação ao item recursos hídricos foi ressaltado o desperdício, a escassez, a poluição dos recursos naturais hídricos, como também a importância do saneamento básico para a preservação destes recursos e sobre o abastecimento público de água.
- O tema Plano de Ação enfoca a elaboração de um projeto em que este é um conjunto de atividades temporárias realizadas para gerar um serviço singular, apresentando a seguinte estrutura lógica: objetivo geral, objetivos específicos, resultados esperados e atividades/ações.



- Após a exposição teórica, foi desenvolvida uma atividade prática em forma de trabalho em grupo, onde os participantes desenvolvem trabalhos relacionados com o tema abordado focando o seu ambiente.

O módulo I de educação ambiental e sanitária teve como estratégia:

- Despertar para uma formação eco-cidadã do grupo participante;
- Ressaltar a importância de respeitar e cuidar dos recursos naturais que pertencem à comunidade;
- Melhorar a qualidade de vida humana;
- Discutir a necessidade de modificar atitudes e práticas pessoais;
- Permitir que a comunidade cuide de seu próprio ambiente;
- Construir uma aliança entre o grupo para a realização de um projeto sócio ambiental.

O módulo I foi realizado no município do Graça contando com a participação de doze pessoas (lista de presença anexa), onde estas tiveram uma presença constante nos dois dias da realização das atividades, conseguindo assim atingir, em parte, o objetivo maior do módulo que é a discussão dos problemas ambientais do município e a capacitação para a realização de um projeto sócio ambiental que se insira na rotina de cada cidadão do município do Graça.

Para tanto, convém demonstrar os resultados dos trabalhos elaborados pelos participantes.

- Com a aplicação da dinâmica sobre meio ambiente: “O que é meio ambiente?” “Por que se preocupar com o meio ambiente?”

As respostas foram voltadas para o bem estar social, a saúde, segurança alimentar; o trabalhar no dia a dia a educação ambiental para que haja mudança de hábitos e de atitudes; como também foram colocados entre os presentes a forte vinculação do poder político e econômico nas questões ambientais.

- Com apresentação do vídeo sobre Questões Ambientais:

A interpretação do vídeo foi relacionada com a dominação do homem pelo homem e do homem pela natureza, que esta forma de poder tem como conseqüências desequilíbrios sociais, miséria humana e miséria ambiental.

Outro ponto levantado foi o estímulo ao consumo de forma exacerbado, gerando assim a concentração de renda através do processo dinâmico da economia de mercado lucro / produção / consumo.

Essa dinâmica de mercado afeta consideravelmente o conceito de desenvolvimento sustentável, para que essa nova forma de pensamento seja inserida na sociedade é preciso uma relação de equilíbrio entre o poder público, sociedade e cidadão, na expectativa de haver mudanças de valores que contribua para uma sociedade sustentável.

- Outra dinâmica vivenciada foi “O que você jogaria no lixo?”

Os participantes demonstraram nessa vivência, através das atitudes expressa quanto ao jogar no lixo, o conceito do mesmo como algo que não presta e deve receber tudo que incomoda não só no social como na vida pessoal.

Como por exemplo: a indisposição de realizar algo novo para a comunidade; a cultura inútil; a falta de preparação dos professores, principalmente quanto aos temas ambientais; a corrupção que hoje envergonha o nosso país; as pessoas más que só querem prejudicar o próximo; o egoísmo; a inveja; a preguiça; e as más companhias.

Todo esse trabalho vivenciado através de dinâmicas é voltado para uma sensibilização em olhar o meio ambiente de forma diferente, como também, trabalhar com o interior do ser humano, sugerindo a possibilidade de reciclar as idéias, atitudes, comportamentos etc.

A realização das oficinas, proporcionou, mediante os temas abordados, a discussão de idéias para a elaboração da uma cartilha. Segue a compilação dos trabalhos:



Refleta:

“Somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe e poluído o último rio, é que os HOMENS vão perceber que não podem comer dinheiro”.

(Provérbio Indígena)

Proteção dos mananciais:

- **Fazer um trabalho junto ao poder público para sensibilizar o povo da importância de não contaminação dos mananciais**
- **Fazer um trabalho de conscientização para o não desperdício da água.**

Ações:

- **Palestras com o serviço social junto às comunidades**

Divulgação em rádios, cartazes, serviços de som.

O nosso Graça mais limpo:

- **Ações de políticas públicas efetivas;**
- **Envolvimento comunitário;**
- **Envolvimento efetivo das escolas (Estado e Município);**
- **Envolvimento das pessoas da terceira idade e pessoas especiais;**
- **Movimentos sociais – religiosos (Vicentinos, legião de Maria e Pastorais);**
- **Creches;**
- **Associações comunitárias;**

Equipe: Sem medo de não dar certo



Água: A vida necessita dela!

Falar de um problema

Remete-nos a uma questão

De nossa fonte, os rios

Devido à devastação

Um problema, que é gigante

A situação é gritante

Procura-se uma solução.

O desmatamento é um “cão”

Que assola os viventes

Os animais e as plantas

E a nós principalmente

Os rios assoreados

Os matos sendo queimados

É uma cena freqüente.

Tudo depende da gente

Buscamos a solução

O mundo está sofrendo

O rio, o mar, a plantação

Tá difícil respirar

A coisa vai complicar

Já reclama o pulmão.

*Toda a população
Precisa se integrar
Nesta causa justa e nobre
Que é a de preservar
Para não sermos moribundos
Vamos salvar nosso mundo
Para podermos escapar*

*A água é a letra "A"
Neste processo geral
Diga não ao desperdício
Para o bem mundial
Preservem o nascedouro
Pois a água vai virar ouro
Como o petróleo atual.*

*O grupo bem ajudou
Na batalha definida
É um trabalho assim
E de uma equipe unida
Juntando a força geral
Em prol do bem mundial
Uma luta pela vida*

Equipe: Água Viva

No tópico plano de ação foram apresentados pelos participantes três temas para a possibilidade de elaborarem um projeto, os quais foram:

- Resíduos Sólidos: coleta seletiva / disposição final
- Recuperação da mata ciliar
- Educação ambiental quanto ao uso da água

Após os debates ficou definido que a elaboração do projeto seria o tema resíduos sólidos.

3.3– MONITORAMENTO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Durante o processo de monitoramento para a elaboração do projeto a metodologia adotada constitui uma adaptação do método Zoop, para facilitar a obtenção de informações através de um processo reflexivo sobre a realidade local, as possibilidades de desenvolvimento de Projetos, hierarquização, identificação de responsabilidades, parcerias, etc.

O método ZOPP, do original em alemão – *Ziel orientiert Projekt Planung* – foi criado pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), na década de 70, testado em fase-piloto no início da década de 80 (1983) e definitivamente implantado em todos seus projetos de Cooperação a partir de 1987.

Esse método apresenta como objetivos:

- É essencialmente um método participativo - no planejamento do qual tomam parte, não apenas os executores, mas o grupo alvo e todos os demais envolvidos.
- Objetivo de desenvolvimento - fixado pelos grupos alvo é que vai nortear o estabelecimento do objetivo do projeto que deve propiciar, através dos resultados, as condições favoráveis para que o grupo alvo atinja seu objetivo de desenvolvimento.

Atualmente, o ZOPP é um dos métodos de planejamento participativos mais adotados, não apenas no Brasil, mas em todos os países em desenvolvimento, devido a sua lógica e transparência.

Na reunião realizada com os multiplicadores do Graça, a técnica social apresentou a utilização da metodologia ZOOP para a estruturação do projeto:



- Identificação de problemas de acordo com a percepção individual de cada participante do grupo.
- Classificação dos problemas segundo a natureza.
- Hierarquização dos problemas.
- Identificação de propostas de solução.
- Análise e reflexão sobre os problemas, potencialidades e resultados.

Após a reunião o ponto forte que vale destacar é o envolvimento dos participantes para a realização do projeto, principalmente, pela ligação que o grupo tem com a prefeita do município, a qual já manifestou a sua contribuição para a implantação do projeto.

Como ponto fraco foi o número reduzido dos participantes na reunião, o que pode ocasionar desestímulo ou acumulação de trabalho para os participantes.

Segue abaixo o esboço da elaboração do projeto sobre Resíduos Sólidos pelos multiplicadores do município do Graça.

Tema: Resíduos Sólidos

Objetivos:

- Conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância da coleta seletiva;
- Elevar a auto-estima das pessoas que trabalham com resíduos sólidos;
- Preservar o meio ambiente

Metas:

- Uma cidade com boa qualidade de vida
- Cidadãos sensibilizados e conscientizados

Público Alvo:

A população, escolas e entidades públicas.



Prazo de Execução:

Três meses. Curto prazo para a sensibilização

Atividades:

- Mobilização da comunidade através de eventos pelas ruas da cidade;
- Divulgação do projeto e palestra nas escolas
- Divulgação na Câmara de Vereadores
- Distribuição de folders informativos e lembretes sobre os dias da coleta seletiva

Responsáveis:

Prof. Tim – representante da prefeitura;

Sr. Jonas – Secretário de transportes

Parceiros:

Prefeitura, Escolas, Secretarias, Catadores e o Clube Arco-Íris

4 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

4 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A educação ambiental é definida como o processo que busca “desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos” (capítulo 36 da agenda 21).

Propõe-se que a educação ambiental seja um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, onde as pessoas envolvidas passem a ser agentes transformadores, participando ativamente tanto do diagnóstico dos problemas quanto da busca de alternativas e da implementação de soluções.

Contudo é preciso observar que a educação ambiental tem como base:

- O conhecimento dos princípios básicos relacionados ao meio ambiente, bem com das leis e fatos naturais e humanos que condicionam a realidade ambiental.
- A interação histórica e cultural dos grupos humanos com elementos naturais.
- O incentivo à adoção de posturas sociais e pessoais que levem as interações construtivas, justas e sustentáveis.
- Observação e análise de fatos e situações do ponto de vista ambiental, atuação reativa e propositiva, garantindo um ambiente saudável e vida de boa qualidade em níveis local, regional e global.

Para tanto, o processo de internalização desses novos conceitos e conseqüentemente a mudança na relação com o meio ambiente, requer uma mobilização e capacitação permanente.

Nesse sentido, as ações complementares realizadas cotidianamente, buscam estimular os indivíduos e a coletividade a compreender, refletir e agir com base nos conceitos de sustentabilidade, justiça e democracia, fundamentados nos objetivos da educação ambiental contidos na Lei de nº 9.795, Art. 5º, § I ao § VII. (Em anexo).

Para que tudo isso aconteça é imprescindível que alguns procedimentos sejam adotados para assegurar a participação e o envolvimento dos indivíduos e grupos, dentre os quais, destacamos: o acesso às informações, capacitação e mobilização permanente.

Assim sendo, as atividades desenvolvidas, tais como palestras, oficinas, contatos individuais e grupais, têm como objetivos repassar conhecimentos, discutir a realidade vivenciada pela comunidade e estimular os indivíduos e as comunidades no sentido de desenvolver ações que gerem mudanças concretas na vida população.

Geralmente, as dinâmicas adotadas durante os encontros têm como foco a elevação da auto-estima e a importância da participação de cada um na vida da comunidade.

Buscam ainda, reforçar e fortalecer a participação e as parcerias e compromissos estabelecidos.

Em síntese foram desenvolvidas as seguintes atividades.

| ATIVIDADES | QUANTIDADES | N.º DE PARTICIPANTES |
|--|--------------------|-----------------------------|
| Visitas institucionais: na Câmara de Vereadores, Escolas (sede), sindicato rural, rádio comunitária, conselho tutelar. | 15 | - |
| Visita a Associação Comunitária Nossa Senhora das Graças | 01 | - |
| Visita a Casa Paroquial e a Igreja Assembléia de Deus | 02 | - |
| Mobilização para o módulo I | 35 | - |
| Mobilização para a 1ª reunião de elaboração do projeto | 16 | |
| Visita domiciliar a catadores de lixo | 03 | |

5 – AVALIAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

5 – AVALIAÇÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Pode-se avaliar os trabalhos realizados mediante a aplicação do módulo I através da apreciação colocada pelos participantes, onde estes relataram o seguinte:

- Os que estiveram presentes no módulo I aproveitaram ao máximo todo o conteúdo explanado;
- O grupo se envolveu dando iniciativa para a elaboração do projeto;
- Foi animador, porque existem pessoas que se preocupam em mudar o direcionamento da crise ambiental, que é tratada com descaso, apresentado medidas mitigadoras que a sociedade pode se envolver e ajudar.

Como resultados obtidos dentro da conjuntura do módulo I, destacam-se o seguinte:

- O interesse dos participantes em discutir os problemas ambientais e tentar elaborar um projeto que possa ser desenvolvido pela própria comunidade.
- A preocupação do grupo de multiplicadores em repassar para a comunidade, os conhecimentos adquiridos;
- A relevância do processo de mobilização social necessária para a realização do evento.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, Pedro. **Pobreza Política – Pobreza do Nosso Tempo**. 6.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

IBAMA. **Como o Ibama exerce a educação ambiental**. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília: IBAMA, 2002.

Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Brasília

Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Política Nacional de Educação Ambiental

MEDINA, Nana Mininni, SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOROSINE, Maria de Fátima Moraes. **Instrumentos e Práticas de Educação Ambiental**. ABES – CE. Agosto/2000.

TORO A, José Roberto, Nísia Maria Duarte Wernek – Mobilização Social – “Um Modo de Construir a Democracia e a Participação. Brasília – Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria dos Recursos Hídricos e Associação Brasileira de ensino Superior – ABEAS, UNICEF, 1997.

D’ ALESSANDRO, Moraes. Planejamento Participativo de Projeto. São Paulo:2003

Disponível em:

www.lei.adv.br

O que é sistema adutor?

É uma obra de infra-estrutura básica compreendida de conjunto de equipamentos, obras civis e tubulação, projetados para captar a água em seu local de disponibilidade e transportá-la até o seu local de consumo, podendo ser tratada e bombeada, seja numa cidade, indústria, perímetro de irrigação, etc.

Objetivo

Prover o abastecimento de água humana nas sedes dos municípios e das localidades ao longo do seu trajeto, para locais de baixa densidade demográfica.

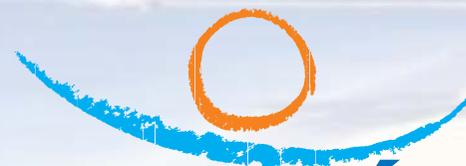


Descrição do Sistema Adutor

- Captação de água bruta
- Estação de Tratamento de Água
- Estações Elevatórias de Água Tratada
- Subestação Elétrica de Alimentação de Energia ao Sistema
- Reservatórios de Acumulação e Distribuição de Água
- Tubulação (Adutora propriamente dita).



Macro Localização dos Sistemas Adutores



SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS



SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PROÁGUA



Água tratada e de boa qualidade em sua casa

SISTEMA ADUTOR DE CATARINA



Fonte Hídrica: Açude Rivaldo de Carvalho, Município de Catarina - CE

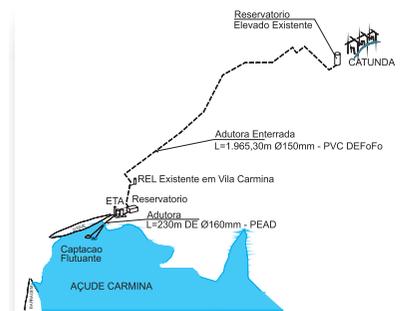
Localidades Atendidas: sede municipal e distrito de São Gonçalo

Extensão: 18.927m

Vazão: 25,55 l/s

População beneficiada (ano 2030): 12.918 habitantes

SISTEMA ADUTOR DE CATUNDA



Fonte Hídrica: Açude Carmina, Município de Catunda - CE.

Localidades Beneficiadas: sede municipal e Vila Carmina

Extensão: 2195,30 m

Vazão: 13,52 l/s

População beneficiada (ano 2030): 6.762 habitantes

SISTEMA ADUTOR DE LAVRAS DA MANGABEIRA



Fonte Hídrica: Açude do Rosário, Município de Lavras da Mangabeira - CE

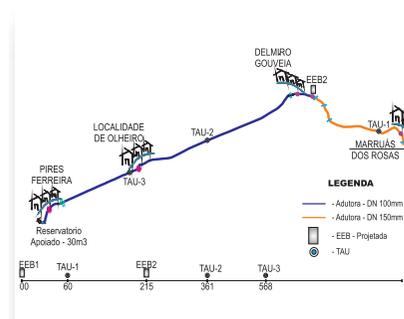
Localidades Atendidas: sede municipal e distrito de Quitaiús

Extensão: 25,960 m

Vazão: 40,50 l/s

População Atendida (em 2030): 20.634 habitantes

SISTEMA ADUTOR DE PIRES FERREIRA



Fonte Hídrica: Adutora do Ipú, Município de Pires Ferreira - CE

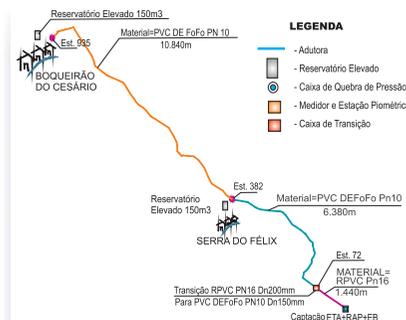
Localidades Atendidas: Sede municipal e distritos de Delmiro Gouveia, Otavilândia e Marruá dos Rosas

Extensão: 18.352 m

Vazão: 10,50 l/s

População Atendida (em 2030): 5.571 habitantes

SISTEMA ADUTOR DE SERRA DO FELIX



Fonte Hídrica: Canal do Trabalhador, Município de Beberibe - CE

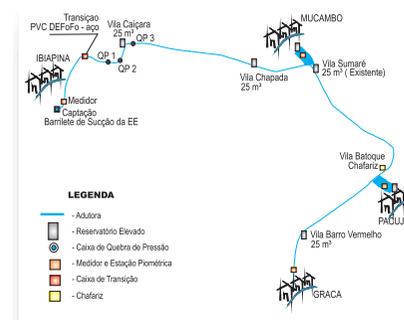
Localidades Atendidas: Serra do Félix, Boqueirão do Cesário, Surubim, Lagoa Queimada e Boqueirão dos Pereiros.

Extensão: 18.660 m

Vazão: 12,02 l/s

População Atendida (em 2030): 7.210 habitantes

SISTEMA ADUTOR DE MUCAMBO/PACUJÁ/GRAÇA



Fonte Hídrica: Sistema Adutor da Ibiapaba, Município de Ibiapaba - CE

Localidades Atendidas: Sedes municipais e Vilas Caiçara, Chapada, Sumaré, Batoque e Barro Vermelho

Extensão: 42.282,47 m

Vazão: 44,96 l/s

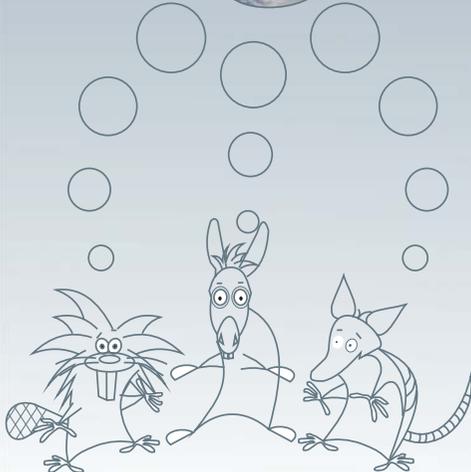
População Atendida (em 2030): 27.271 habitantes



As árvores dependem do rio, os rios dependem das árvores... O melhor amigo do rio é o verde!

Os rios que morreram no Brasil, morreram por causa do desmatamento em suas nascentes; morreram ou estão morrendo por causa do assoreamento das suas margens; morreram porque as terras por onde eles correm viraram desertos.

Precisamos reflorestar as nascentes, mante-los o mais limpo possível e não destruir mais a vegetação ribeirinha.



SALVEM NOSSOS RIOS!!

Por sua história, por sua cultura o brasileiro joga tudo na água. Só jogue na água o que o peixe pode comer!

Tempo de decomposição de matérias usualmente jogados nos rios, nos lagos e no mar:



Papel: de 3 a 6 meses

Plástico: mais de 100 anos



Metal: mais de 100 anos



Vidro: milhões de anos



Filtro de cigarro: 5 anos



Madeira pintada: 13 anos



Chiclete: 5 anos

Pano: de 6 meses a 1 ano

Nylon: mais de 30 anos



Pneu: indeterminado

A melhor solução:

COLETA SELETIVA



SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS



PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PROÁGUA



Água tratada e de boa qualidade em sua casa

Você sabia que de todas as substâncias da natureza, a água é a única que é vital para todas as espécies (vegetal e animal) e que 70% do nosso corpo é constituído por esse precioso líquido?

Embora o nosso planeta tenha água em mais de 75% de sua superfície, apenas 0,6% do volume total das águas é doce e disponível para uso. E que parte destes 0,6% estão contaminados ou poluídos!

NÃO POLUA A ÁGUA!!!



A poluição é o lançamento de substâncias nocivas na água fazendo com que ela fique imprópria para o consumo.

O principal objetivo da preservação da água é garantir, para as gerações presentes e futuras sua qualidade e disponibilidade em todos os níveis.

ÁGUA É VIDA, CUIDE BEM DELA!!

Você sabia que o abastecimento mundial de água sofre além da poluição uma outra grande ameaça? Sim, é o desperdício (uso de forma irracional da água), que é a ação pela qual se gasta sem proveito, se esbanja e se utiliza mal nossas águas.

Portanto, o uso irracional da água, indica falta de consciência e de informação sobre a importância desse valioso recurso para a nossa sobrevivência.

CONSUMIR A ÁGUA DE FORMA IRRACIONAL É DESRESPEITAR A VIDA!!



COMBATENDO O DESPÉRDIO

Escovar os dentes com a torneira aberta gasta até 25 litros de água. O certo é primeiro escovar e depois abrir a torneira apenas o necessário para o enxágue. A torneira aberta gasta de 12 a 20 litros de água por minuto e pingando chega a 46 litros por dia.

ÁGUA É VIDA, NÃO A DEIXE IR PELO RALO!!

Feche a torneira ao barbear-se ou quando escovar os dentes agindo assim você economizará 25 litros de água.



COMBATENDO A POLUIÇÃO E O USO INDEVIDO DA ÁGUA

Uma válvula de sanitário no Brasil, chega a utilizar 20 litros de água em um único aperto, por isso aperte o tempo necessário e não jogue lixo no sanitário. Ao regar o seu jardim faça-o a noite e dê preferência às plantas que precisam de pouca água.

PRESERVAR A ÁGUA É UMA QUESTÃO DE VIDA!!

COMBATENDO O USO IRRACIONAL DA ÁGUA

Lavar as louças, panelas, etc, com a torneira aberta o tempo todo, acaba desperdiçando até 105 litros de água. O certo é primeiro ensaboar e depois enxaguar tudo de uma só vez.

Para a lavagem do automóvel o certo é utilizar balde (ao invés de mangueira), uma mangueira ligada durante a limpeza consome até 600 litros de água, com o balde, no máximo 60 litros.

USE A ÁGUA DE FORMA CORRETA OU CUIDADOSA, A VIDA AGRADECE!



NÃO A POLUIÇÃO E AO USO INDEVIDO DA ÁGUA

Muitas pessoas costumam utilizar a mangueira para lavar a calçada e desperdiçam muita água com isso. O certo é usar a vassoura e, quando necessário, um balde (se possível a água que foi usada no tanque de roupa). Uma mangueira aberta durante esse tipo de lavagem pode gastar até 300 litros de água.

Verifique também suas instalações hidráulicas, concertando os vazamentos, trocando reparos de válvulas, torneiras e registros. Procure equipamentos feitos para consumir menos água.

O PLANETA AGRADECE!



NÃO A POLUIÇÃO E AO USO IRRACIONAL DA ÁGUA.

O lançamento de substâncias nocivas na água a faz imprópria para o consumo podendo em risco a vida do planeta.

Esgotos sanitários, escoamento de óleos, resíduos agroindustriais, lixo, etc., tudo isso traz um enorme prejuízo a todos os seres vivos.

Fique atento e denuncie aos órgãos ambientais de sua cidade.

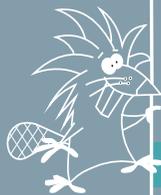
PRESERVAR O MEIO AMBIENTE FAZ PARTE DA NOSSA NATUREZA!

ÁGUA, USANDO RACIONALMENTE, VAMOS TÊ-LA SEMPRE!

Porém, uma coisa é importante!

Não podemos esquecer de manter as NASCENTES, OS RIOS, AS LAGOAS, AS PRAIAS E OS LAGOS limpos e protegidos.

É PRECISO SALVAR NOSSOS RIOS!



Campanha de Educação Sanitária e Ambiental – Governo do Estado do Ceará – através da Secretaria de Recursos Hídricos – PROÁGUA

A água é fonte vital para os seres vivos portanto não polua, use-a racionalmente!

A poluição é o lançamento de substâncias nocivas na água, fazendo com que fique imprópria para o consumo. O principal objetivo da preservação da água é garantir para as gerações presentes e futuras sua qualidade e disponibilidade em todos os níveis.

Água é vida, cuide bem dela.

Salvem nossos rios!!

Por sua história, por sua cultura o brasileiro joga tudo na água. Só jogue o que o peixe pode comer!

Tempo de decomposição de materiais usualmente jogados nos rios, nos lagos e no mar:

Papel: de 3 a 6 meses

Nylon: mais de 30 anos

Pano: de 6 meses a 1 ano

Plástico: mais de 100 anos

Chiclete: 5 anos

Pneu: indeterminado

Madeira pintada: 13 anos

Vidro: milhões de anos.

Projeto de Educação Ambiental e Sanitária

Programação do evento

1. **OBJETIVO:** Apresentação e discussão do Projeto da construção da adutora
2. **TIPO DO EVENTO:** Seminário
3. **DEFINIÇÕES:**

3.1 – Metodologia – Esse evento será apresentado em forma de seminário, onde os técnicos convidados irão explanar sobre o andamento da obra, usando como material didático slides. No segundo momento fica aberto para perguntas e respostas.

3.2 – Público:

- a) Alvo: Gestores municipais e comunidade em geral.
- b) Quantitativo: 60 pessoas

3.3 – Local, Data e Horário

- a) Local: Centro de Convenções Ideusuide - Graça
- b) Data: 30 de junho de 2005
- c) Horário: 14:00

3.4 – Temas

- a) Os cuidados para sua preservação do manancial utilizado.
- b) O custo das Obras
- c) As comunidades que receberão água
- d) O caminhamento da adutora
- e) A importância do pagamento de tarifas e o cuidado com os equipamentos instalados.

3.5 – Expositores

- a) Técnicos da KL Engenharia
- b) Técnicos da Construtora
- c) Técnicos da CAGECE
- d) Membros do GAPP

TÉCNICO RESPONSÁVEL Denise de Sousa Araújo
CIDADE/COMUNIDADE Gracaca
EVENTO OU ATIVIDADE 1º Módulo de Educação Ambiental

DATA: 09/08/05
Manhã

| Nº | NOME | INSTITUIÇÃO/IDENTIDADE | FUNÇÃO/CARGO | ENDEREÇO | TELEFONE |
|----|-----------------------------|------------------------|-------------------|------------------------------|------------|
| 1 | Fev. Valdeir Gomes de Sousa | DEC. DE SAÚDE | coord. PISF | R. Juliana 47 Centro Acajutã | 36561252 |
| 2 | Antônio Roberto de Sousa | | A.C.S | R. João de Deus | 997998 |
| 3 | Elisavete Oliveira de Sousa | | PROFESSOR | SÍTIO MACAHDINHA | 99624184 |
| 4 | José Carlos Wander de Silva | | | R. Firmino Gomes de Almeida | 3656308 |
| 5 | Práximo Afonso de Araújo | | Diretor | R. João de Deus A. Lopes | 36561116 |
| 6 | Traciá Furtado de Aguiar | A.C.S | Agente de Saúde | Bairro Vermelho | 36561128 |
| 7 | Edna de Sousa Almeida | SEC. OBRAS | REC. CONST. CIVIL | EM Fª MINERA AZULÉO | 99634955 |
| 8 | JOÃO CARVALHO DE AM | AGENCIAMENTO | | | 36021904 |
| 9 | VIGENTE OLAVIA BATTE | P.M.G. | MEMO AMB. | FAZ. VOLTA GRANDE-CE | 36561036 |
| 10 | Françoise de Paula Bando | | consulheira | Bairro Santa Luzia | 36561287 |
| 11 | Carlo Valdomiro Jaze | Sereador | Sereador | Vila Fervença | 9611-0047 |
| 12 | Simão Pedro Bido | Sec. Saúde | Secretaria | Av. Das Lutas Bido | 3656-1026 |
| 13 | Antonio Jonas Bate | SEC TRANSPORTE | MEMBRO | R. Firmino Gomes Neto 181 | 9962-74-64 |
| 14 | Dee Lúcia de Azevedo | ACC.N. S. DOGRACA | TEZOREIRO | R. Padre Pedro N. Rodrigues | 36561136 |
| 15 | Siente Paulo Rodrigues | | | | |
| 16 | Marim Pereira de Azevedo | SEC EDUCACAO | DIRETOR | EXTREMAE STA LUZIA | 99804797 |
| 17 | | | | | |
| 18 | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
PROÁGUA



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA
LISTAGEM DOS PARTICIPANTES

TÉCNICO RESPONSÁVEL Daniel de Sousa Araújo
CIDADE/COMUNIDADE Gracá
EVENTO OU ATIVIDADE N. Módulo em Educação Ambiental

DATA: 10/08/05
(manhã)

| Nº | NOME | INSTITUIÇÃO/ENTEIDADE | FUNÇÃO/CARGO | ENDEREÇO | TELEFONE |
|----|---------------------------------|------------------------|--------------|---------------------------|-----------|
| 01 | Antonio Régio N. Daltro | Faude | A.C.S | Vila Serrinha | 9611-9900 |
| 02 | Elivaldo Oliveira da Silva | ESCOLA | PROFESSOR | SITIO MALHADINHA | 9622-6184 |
| 03 | Fer. Vasconcelos de Sousa | SMPC | COORD. PSA | R. PE. RA. CONTA 7M70 | 3656-7252 |
| 04 | Fern. Mendes de Almeida | ACC. M. S. DAS GRAÇAS | TEZOREIRO | R. PE. RA. N. N. RUDEN | 3656-1136 |
| 05 | JOSE GONCALO de Azevedo | P. ASS. | AGENCIADO | FDA CANATUNICA | 3602-1304 |
| 06 | Pedro Valbino Jorge | Vereador | Vereador | Vila Serrinha | 9611-0094 |
| 07 | Juliana Brito de Sousa | Prefeitura M. de Graca | Professora | Sede | 3656-1021 |
| 08 | Thacia Furtado de Azevedo | Agente de Saúde | A.C.S. | Barro Vermelho | 3656-1128 |
| 09 | ANTONIO JONAS BALBO | SEC. TRANSPORTES | MEMBRO | R. FIRMINO GOMES NETO 1P1 | 3656-1036 |
| 10 | Glauce Paulo Rodrigues | Núcleo de Empreendim. | | | |
| 11 | Maria, Danielle Miranda da R. | Diadora Escola / SSPDS | | R. São João Silveira SM | 3656-1092 |
| 12 | Amilton Albuquerque de Oliveira | | | Diadora Escola / SSPDS | 9829-7804 |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

REALIZAÇÃO:



KL ENGENHARIA

Para ajudá-lo, sugerimos as seguintes etapas:

Título do Projeto

O nome do projeto deve ser atrativo e estar relacionado com o tema.

Objetivo

É onde eu quero chegar com o meu projeto coletivo. O que eu espero obter depois do projeto realizado. Quais mudanças eu espero que ocorram na minha comunidade?

Justificativa

Vai mostrar a importância do estudo a partir do diagnóstico. Cada um dos professores da escola, bem como a direção e o pessoal de apoio, e naturalmente os alunos, devem ter um papel bem definido. Este papel não é o de mero espectador. Cada um tem uma função a realizar, à luz de cada disciplina (ou conteúdo programático). É aqui, na justificativa, que você "vende" o seu projeto, ou seja, que você motiva as pessoas para compartilharem em grupo uma mesma ideia, e é aí também que você apresenta os elementos para ganhar novos parceiros, como por exemplo, aqueles que poderão ajudar a financiar o projeto. É aqui, na justificativa do projeto, que você deve apresentar toda a fundamentação teórica do trabalho.

Tempo do Projeto

É muito importante que se defina em quanto tempo eu vou realizar o meu projeto. Esse tempo vai depender do tipo de atividades que eu vou desenvolver. Não elabore projetos com duração muito curta, nem muito longa. Os curtos tendem a ser pontuais e os longos podem gerar desinteresse durante processo.

O público-alvo.

A quem se destina o projeto?

Vou envolver a escola toda, ou vou fazer um piloto com uma única série?

É importante definir previamente quem vai participar do projeto.

As atividades.

A importância da participação de todos os docentes aqui é indiscutível. De modo coordenado cada um pode fazer o seu planejamento mensal ou bimestral para tratar do tema em questão. A participação dos demais membros da comunidade escolar também é importante. (Não adianta estar falando em inserção de todos se a faxineira da escola jamais participou de uma atividade com o corpo docente).

Para o planejamento das atividades docentes é interessante que estas sejam feitas em duas etapas:

- ✓ Uma geral envolvendo todo o coletivo de professores da escola. E, ativamente que vamos tratar o que fazer dentro da escola. Dentro do tema escolhido, o que deve ser tratado de modo integral e significante para a comunidade. Temos que ter claro que podem acontecer, e devem acontecer, intervenções concretas na realidade da comunidade.
- ✓ A outra etapa é a específica, para cada uma das áreas de estudo. Isso quer dizer que ainda nesta etapa eu posso fazer um trabalho coletivo com os outros professores da mesma disciplina ou da mesma série, para ajustar o conteúdo e como ele deve ser trabalhado. Dentro do conteúdo a ser desenvolvido, como eu posso inserir o tema do projeto (cada professor deve procurar a melhor estratégia para a abordagem disciplinar do tema e depois discutir no coletivo, para somar idéias e atividades).

Não se esqueça de que o aporte teórico para desenvolver a atividade (ou módulo, ou tema) é muito importante.

A grande diferença que se propõe agora é que o que antes era desconectado e que não tinha sentido, nem para o aluno, nem para a comunidade, agora passa a ter um vínculo real.

Como é isso? Você me pergunta, então vamos tentar exemplificar. Até um tempo atrás, decorar tabuada era situação corriqueira. Todo menino decorava, não sabia porque, muito menos para que, mas tinha que decorar, para "recitar" e logo dar um jeito de esquecer aquilo tudo. Era um sofrimento só. Agora refleta, se você tem que trabalhar em matemática uma unidade que fale das operações matemáticas, e se você consegue vincular esta tarefa com o que o outro professor está trabalhando, o aluno já começa a ver alguma conexão no que está acontecendo. Se você e os seus colegas conseguem, além de vincular uma disciplina com a outra, ainda conseguem transportar o que estão falando para a realidade concreta do aluno, inserindo-o no contexto, e fazendo com que ele seja o sujeito da análise, então teremos conseguido que ele tenha um vínculo neste processo, que ele se sinta importante, participativo e determinante (sujeito) do processo.

No planejamento das atividades devem ser contempladas as reuniões de acompanhamento e elaboração. Esses encontros são fundamentais para que se façam os ajustes ao longo do processo.

A avaliação

Fora o processo de avaliação já em andamento na escola, o processo de avaliação dos projetos sob a ótica da Educação Ambiental não são excludentes, ou seja, ele não procura o que não se sabe, ou o que não se fez. Muito pelo contrário, ele vai sempre realçar a ação positiva. Quais foram as mudanças? Como podemos avançar mais? Qual o nosso nível de ação? Onde conseguimos chegar e como vamos fazer para ir além. Por isso falamos que a Educação Ambiental, assim como todo processo educativo, é contínuo. Ele não acaba em si só.

Ações futuras

Além de onde chegamos, se nosso projeto realmente atingiu os objetivos, sempre teremos os desdobramentos. As ações não precisam necessariamente continuar em seguida, e se tornarem temas recorrentes e exaustivos, mas temos que entender e planejar as ações futuras e os acompanhamentos periódicos ou os reforços ao nosso projeto.

Vamos mostrar o que fizemos

A propaganda é a alma do negócio! Se alcançamos os objetivos do nosso projeto, temos que dar uma satisfação para os nossos parceiros. Então vamos mostrar o que fizemos. Uma exposição, uma festa, uma culminância. Este é o momento ideal para trazermos mais gente para partilhar o nosso próximo projeto.

Este também é o momento para explicitarmos o nosso compromisso com as mudanças e sensibilizar um maior número de pessoas mostrando como a escola está preocupada e atenta ao que acontece na comunidade e no mundo.

LEIS AMBIENTAIS

Ação Civil Pública (Lei 7.347 de 24/07/1985)

Trata-se da Lei de Interesses Difusos, que trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico. A ação pode ser requerida pelo Ministério Público, a pedido de qualquer pessoa, ou por uma entidade constituída há pelo menos um ano. Normalmente ela é precedida por um inquérito civil.

Agrotóxicos (Lei 7.802 de 11/07/1989)

A Lei dos Agrotóxicos regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem. Impõe a obrigatoriedade do receituário agrônomo para venda de agrotóxicos ao consumidor. Também exige registro dos produtos nos Ministérios da Agricultura e da Saúde e no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Qualquer entidade pode pedir o cancelamento deste registro, encaminhando provas de que um produto causa graves prejuízos à saúde humana, meio ambiente e animais. A indústria tem direito de se defender. O descumprimento da lei pode render multas e reclusão inclusive para os empresários.

Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902, de 27/04/1981)

Lei que criou as figuras das "Estações Ecológicas" (áreas representativas de ecossistemas brasileiros, sendo que 90% delas devem permanecer intocadas e 10% podem sofrer alterações para fins científicos) e das "Áreas de Proteção Ambiental" (APAS - onde podem permanecer as propriedades privadas, mas o poder público pode limitar e as atividades econômicas para fins de proteção ambiental). Ambas podem ser criadas pela União, Estado, ou Município. Informação importante: tramita na Câmara dos Deputados, em regime de urgência para apreciação em plenário, o Projeto de Lei 2892/92, que modificaria a atual lei, ao criar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Atividades Nucleares (Lei 6.453 de 17/10/1977)

Dispõe sobre responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares. Entre outros, determina que quando houver um acidente nuclear, a instituição autorizada a operar a instalação nuclear tem a responsabilidade civil pelo dano, independente da existência de culpa. Se for provada a culpa da vítima, a instituição apenas será exonerada de indenizar os danos ambientais. Em caso de acidente nuclear não relacionado a qualquer operador, os danos serão suportados pela União. A lei classifica como crime produzir, processar, fornecer, usar, importar, ou exportar material sem autorização legal, extrair e comercializar ilegalmente minério nuclear,

transmitir informações sigilosas neste setor, ou deixar de seguir normas de segurança relativas à instalação nuclear.

Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 12/02/1998)

A Lei dos Crimes Ambientais reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições. A partir dela, a pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. Por outro lado, a punição pode ser extinta quando se comprovar a recuperação do dano ambiental e - no caso de penas de prisão de até 4 anos - é possível aplicar penas alternativas. A lei criminaliza os atos de pichar edificações urbanas, fabricar ou soltar balões (pelo risco de provocar incêndios), maltratar as plantas de ornamentação (prisão de até um ano), dificultar o acesso às praias, ou realizar um desmatamento sem autorização prévia. As multas variam de R\$ 50 a R\$ 50 milhões.

Engenharia Genética (Lei 8.974 de 05/01/1995)

Regulamentada pelo Decreto 1752, de 20/12/1995, a lei estabelece normas para aplicação da engenharia genética, desde o cultivo, manipulação e transporte de organismos geneticamente modificados (OGM), até sua comercialização, consumo e liberação no meio ambiente. Define engenharia genética como a atividade de manipulação em material genético que contém informações determinantes de caracteres hereditários de seres vivos. A autorização e fiscalização do funcionamento de atividades na área, e da entrada de qualquer produto geneticamente modificado no país, é de responsabilidade de vários ministérios: do Meio Ambiente (MMA), da Saúde (MS), da Reforma Agrária. Toda entidade que usar técnicas de engenharia genética é obrigada a criar sua Comissão Interna de Biossegurança, que deverá, entre outros, informar trabalhadores e a comunidade sobre questões relacionadas à saúde e segurança nesta atividade. A lei criminaliza a intervenção em material genético humano in vivo (exceto para tratamento de defeitos genéticos), e também a manipulação genética de células germinais humanas, sendo que as penas podem chegar a vinte anos de reclusão.

Exploração Mineral (Lei 7.805 de 18/07/1989)

Esta lei regulamenta a atividade garimpeira. A permissão da lavra é concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a brasileiro ou cooperativa de garimpeiros autorizada a funcionar como empresa, devendo ser renovada a cada cinco anos. É obrigatória a licença ambiental prévia, que deve ser concedida pelo órgão ambiental competente. Os trabalhos de pesquisa ou lavra que causarem danos ao meio ambiente são passíveis de suspensão, sendo o titular da autorização de exploração dos minérios responsável pelos danos ambientais. A atividade garimpeira executada sem permissão ou licenciamento é crime.

Fauna Silvestre (Lei 5.197 de 03/01/1967)

Classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, a caça profissional, o comércio de espécimes da fauna silvestre e produtos que derivaram de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Também criminaliza a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis (como o jacaré) em bruto.

Para saber mais: a home page do IBAMA traz um resumo comentado de todas as leis relacionadas à fauna brasileira, além de trazer uma lista das espécies brasileiras ameaçadas de extinção.

Florestas (Lei 4771 de 15/09/1965)

Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória): uma faixa de 10 a 500 metros nas margens dos rios (dependendo da largura do curso d'água), a beira de lagos e de reservatórios de água, os topos de morro, encostas com declividade superior a 45° e locais acima de 1800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do País preservem 20% da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada no registro de imóveis, a partir do que fica proibido o desmatamento, mesmo que a área seja vendida ou repartida. As sanções que existiam na lei foram criminalizadas a partir da Lei dos Crimes Ambientais, de 1998.

Gerenciamento Costeiro (Lei 7661, de 16/05/1988)

Regulamentada pela Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar em 21/12/1990, esta lei traz as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Define Zona Costeira como o espaço geográfico da interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos naturais e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) deve prever o zoneamento de toda esta extensa área, trazendo normas para o uso de solo, da água e do subsolo, de modo a priorizar a proteção e conservação dos recursos naturais, o patrimônio histórico, paleontológico, arqueológico, cultural e paisagístico. Permite aos Estados e Municípios costeiros instituírem seus próprios planos de gerenciamento costeiro, desde que prevaleçam as normas mais restritivas. As praias são bens públicos de uso do povo, assegurando-se o livre acesso a elas e ao mar.

IBAMA (Lei 7.735, de 22/02/1989)

Lei que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), incorporando a Secretaria Especial do Meio Ambiente (que era subordinada ao Ministério do Interior) e as agências federais na área de pesca, desenvolvimento florestal e borracha. Ao IBAMA compete executar e fazer

executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais (hoje o IBAMA subordina-se ao Ministério do Meio Ambiente).

Parcelamento do solo urbano (Lei 6.766 de 19/12/1979)

Estabelece as regras para loteamentos urbanos, proibidos em áreas de preservação ecológica, naquelas onde a poluição representa perigo à saúde, em terrenos alagadiços. Da área total, 35% devem se destinar ao uso comunitário (equipamentos de educação, saúde lazer, etc.). O projeto deve ser apresentado e aprovado previamente pelo Poder Municipal, sendo que as vias e áreas públicas passarão para o domínio da Prefeitura, após a instalação do empreendimento. Obs.: a partir da Resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de 23 de janeiro de 1986, quando o empreendimento prevê construção de mais de mil casas, tornou-se obrigatório fazer um Estudo Prévio de Impacto Ambiental.

Patrimônio Cultural (Decreto Lei 25, de 30/11/1937)

Este decreto organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana. A partir do tombamento de um destes bens, fica proibida sua destruição, demolição ou mutilação sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que também deve ser previamente notificado, em caso de dificuldade financeira para a conservação do bem. Qualquer atentado contra um bem tombado equivale a um atentado ao patrimônio nacional.

Política Agrícola (Lei 8.171 de 17/01/1991)

Esta lei, que dispõe sobre Política Agrícola, coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos. Num capítulo inteiramente dedicado ao tema, define que o Poder Público (federação, estados, municípios) deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas (inclusive instalação de hidrelétricas), desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros. Mas a fiscalização e uso racional destes recursos também cabe aos proprietários de direito e aos beneficiários da reforma agrária. As bacias hidrográficas são definidas como as unidades básicas de planejamento, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais, sendo que os órgãos competentes devem criar planos plurianuais para a proteção ambiental. A pesquisa agrícola deve respeitar a preservação da saúde e do ambiente, preservando ao máximo a heterogeneidade genética.

Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 17/01/1981)

A mais importante lei ambiental. Define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente de culpa. O Ministério Público (Promotor Público) pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Também esta lei criou os Estudos e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), regulamentados em 1986 pela Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). O EIA/RIMA deve ser feito antes da implantação de atividade econômica que afete significativamente o meio ambiente, como estrada, indústria, ou aterros sanitários, devendo detalhar os impactos positivos e negativos que possam ocorrer por causa das obras ou após a instalação do empreendimento, mostrando ainda como evitar impactos negativos. Se não for aprovado, o empreendimento não pode ser implantado.

Recursos Hídricos (Lei 9.433 de 08/01/1997)

A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos define a água como recurso natural limitado dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (por exemplo: consumo humano, produção de energia, transporte aquaviário, lançamento de esgotos). A partir dela, a gestão dos recursos hídricos passa a ser descentralizada, contando com a participação do Poder Público, usuários e comunidades. São instrumentos da nova Política das Águas: 1- os Planos de Recursos Hídricos: elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País, visam gerenciar e compatibilizar os diferentes usos da água, considerando inclusive a perspectiva de crescimento demográfico e metas para racionalizar o uso, 2- a outorga de direitos de uso das águas: válida por até 35 anos, deve compatibilizar os usos múltiplos, 3- a cobrança pelo seu uso (antes, só se cobrava pelo tratamento e distribuição), 4- os enquadramentos dos corpos d'água (a ser regulamentado). A lei prevê a formação de 1- Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (integrado conselho nacional e estaduais de Recursos Hídricos, bem como os Comitês de Bacias Hidrográficas; 2- Conselho Nacional de Recursos Hídricos, composto por indicados pelos respectivos conselhos estaduais de recursos hídricos, representantes das organizações civis do setor e de usuários, 3- Comitês de Bacias Hidrográficas, compreendendo uma bacia ou sub-bacia hidrográfica, cada comitê deve ter representantes de governo, sociedade civil e usuários com atuação regional comprovada. 4- Agências de bacia: com a mesma área de atuação de um ou mais comitês de bacia, têm entre as atribuições previstas, a cobrança de uso da água e administração dos recursos recebidos, 5- Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos: para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição (Lei 6.803, de 02/07/1980)

De acordo com esta lei, cabe aos estados e municípios estabelecer limites e padrões ambientais para a instalação e licenciamento das indústrias, exigindo Estudo de Impacto Ambiental. Municípios podem criar três classes de zonas destinadas à instalação de indústrias:

- 1)** zona de uso estritamente industrial: destinada somente às indústrias cujos efluentes, ruídos ou radiação possam causar danos à saúde humana ou ao meio ambiente, sendo proibido instalar atividades não essenciais ao funcionamento da área;
- 2)** zona de uso predominantemente industrial: para indústrias cujos processos possam ser submetidos ao controle da poluição, não causando incômodos maiores às atividades urbanas e repouso noturno, desde que se cumpram exigências, como a obrigatoriedade de conter área de proteção ambiental que minimize os efeitos negativos.
- 3)** zona de uso diversificado: aberta a indústrias que não prejudiquem as atividades urbanas e rurais.

Fonte: www.tecnoambiental.com.br

| | | | | | | |
|---|-------------|---|----------------|---|-------------------|------------------|
|  | | APRESENTAÇÃO DO PROJETO | | | A1 | |
| 1. TÍTULO | | | | | | |
| | | | | | | |
| 2. OBJETIVO PRINCIPAL (marcar 1 opção): | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> manejo de unidades de conservação <input type="checkbox"/> conservação e manejo de espécies ameaçadas <input type="checkbox"/> fiscalização e proteção ambiental <input type="checkbox"/> valorização e manejo de áreas verdes urbanas <input type="checkbox"/> controle de espécies exóticas invasoras <input type="checkbox"/> restauração de ecossistemas <input type="checkbox"/> desenvolvimento e implementação de políticas públicas e legislação ambiental <input type="checkbox"/> pesquisa aplicada em ecologia e conservação da natureza | | | | | | |
| 3. PALAVRA(S) CHAVE (verificar lista em anexo) | | | | | | |
| | | | | | | |
| 4. COORDENADAS GEOGRÁFICAS | | | | | | |
| | | | | | | |
| 5. RESPONSÁVEL TÉCNICO (R.T.) PELO PROJETO (quem executa o projeto) | | | | | | |
| Nome completo (sem abreviaturas): | | | | | | |
| Data de Nascimento / / | | Sexo <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M | C.P.F.: | Identidade (RG): | Nacionalidade: | |
| Endereço para correspondência (Logradouro, nº, complemento) (<i>deve ser residencial</i>) | | | | | Bairro: | |
| Cidade: | | UF: | CEP: | Fone Celular: | | |
| Nome do local onde trabalha (seguida de sigla, se existente): | | | | | Cargo que exerce: | |
| DDD/Fone residencial: | | DDD/Fone comercial: | <i>E-mail:</i> | Regime de trabalho: <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Integral | | |
| 6. INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO (veja condições nas instruções) | | | | | | |
| Nome completo (seguido de sigla, se existente): | | | | | | |
| Subdivisão / Setor / Outro: | | | | CNPJ: | | |
| Endereço (Logradouro, nº, complemento): | | | | | | |
| Bairro: | | Cidade: | | | UF: | |
| CEP: | Cx. Postal: | DDD/Fone(s): | ramal | Fax: | <i>E-mail:</i> | |
| BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO (atuação na conservação da natureza) | | | | | | |
| É obrigatório ater-se ao espaço abaixo. | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | VISTO RT: | VISTO RL: |

| | | | | | |
|---|---|--|--|---|--|
|  | | APRESENTAÇÃO DO PROJETO | | | A2 |
| 7. REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO (quem assina contratos pela instituição, conforme Estatuto) | | | | | |
| Nome completo (sem abreviaturas): | | | | | |
| Endereço para correspondência (Logradouro, nº) <input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Comercial | | | | Bairro: | |
| Cidade: | | UF: | CEP: | Fone Celular: | |
| Nome do local onde trabalha (seguido de sigla, se existente): | | | | Cargo que exerce: | |
| Data de Nascimento / / | Sexo <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M | C.P.F.: | Identidade (RG): | Nacionalidade: | |
| DDD/Fone residencial | DDD/Fone comercial: | E-mail: | | Regime de trabalho: <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Integral | |
| SEGUNDO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO (se existente, conforme Estatuto) | | | | | |
| Nome completo (sem abreviaturas): | | | | | |
| Endereço para correspondência (Logradouro, nº) <input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Comercial | | | | Bairro: | |
| Cidade: | | UF: | CEP: | Fone Celular: | |
| Nome do local onde trabalha (seguido de sigla, se existente): | | | | Cargo que exerce: | |
| Data de Nascimento / / | Sexo <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M | C.P.F.: | Identidade (RG): | Nacionalidade: | |
| DDD/Fone residencial | DDD/Fone comercial: | E-mail: | | Regime de trabalho: <input type="checkbox"/> Parcial <input type="checkbox"/> Integral | |
| 8. INSTITUIÇÕES CO-PARTICIPANTES (contrapartidas em recursos, pessoal ou infra-estrutura – obrigatório informar pessoa de contato nestas instituições) | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| 9. CUSTO TOTAL DO PROJETO (somente valor solicitado à Fundação O Boticário) | | | | | |
| R\$ | | | | | |
| 10. PRAZO DE DURAÇÃO (12, 18 ou 24 meses): | | | DATA PREVISTA PARA INÍCIO: | | |
| 11. REGIÃO GEOGRÁFICA / ESTADO (onde será desenvolvido o projeto): | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Norte: | | <input type="checkbox"/> Nordeste: | | <input type="checkbox"/> Sudeste: | |
| _____ | | _____ | | _____ | |
| <input type="checkbox"/> Sul: | | <input type="checkbox"/> Centro-Oeste: | | | |
| _____ | | _____ | | | |
| 12. BIOMA | | | | | |
| <input type="checkbox"/> Área Urbana | <input type="checkbox"/> Flor. Atlântica | <input type="checkbox"/> Flor. Amazônica | <input type="checkbox"/> Flor. Estacional Decidual | <input type="checkbox"/> Flor. Estacional Semidecidual | <input type="checkbox"/> Campos |
| <input type="checkbox"/> Ambiente Marinho | <input type="checkbox"/> Flor. Araucária | <input type="checkbox"/> Caatinga | <input type="checkbox"/> Cerrado | <input type="checkbox"/> Pantanal | <input type="checkbox"/> Zona Costeira (mangue, restinga, ilhas) |
| 13. LOCAL / ÁREA / MUNICÍPIO (eventuais especificidades ou complementos necessários): | | | | | |
| | | | | VISTO RT: | VISTO RL: |
| | | | | | |

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

B1

1. TÍTULO

2. EQUIPE EXECUTORA (Nome / Função no Projeto)

FORMAÇÃO

TITULAÇÃO

3. PROJETO ANTERIOR FINANCIADO PELA FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO

NÃO

SIM

RESPONSÁVEL TÉCNICO

EQUIPE

INSTITUIÇÃO

Projeto (número, título, R.T., ano de aprovação):

4. SÍNTESE DA PROPOSTA

Apresente um resumo executivo da proposta, ressaltando a relevância para a conservação da natureza.

VISTO RT: VISTO RL:

5. JUSTIFICATIVAS

Descrever como a proposta pode contribuir efetivamente para a conservação da natureza.

6. OBJETIVOS

| | |
|-----------|-----------|
| VISTO RT: | VISTO RL: |
|-----------|-----------|



CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

B3

7. METAS

Qualifique e/ou quantifique os objetivos da proposta (veja exemplo nas instruções).

8. MÉTODOS

Descreva a forma com que serão alcançados os objetivos e metas.

| | |
|-----------|-----------|
| VISTO RT: | VISTO RL: |
|-----------|-----------|

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO**B4****9. INDICADORES**

Aponte a forma de medição e monitoramento para as metas estabelecidas; use, preferencialmente, indicadores numéricos (veja exemplo nas instruções).

10. CONTRAPARTIDA INSTITUCIONAL (INFRA-ESTRUTURA, PESSOAL, RECURSOS)

Liste as contrapartidas e especifique os valores. Veja condições nas instruções e Declaração 2.

11. PLANO DE INFORMAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Como, a quem e quando serão apresentados os resultados do projeto; especifique o público alvo.

| | |
|-----------|-----------|
| VISTO RT: | VISTO RL: |
|-----------|-----------|

| | | |
|---|----------------------------------|-----------|
| FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO  DE PROTEÇÃO À NATUREZA | CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO | B5 |
|---|----------------------------------|-----------|

12. PRAZO DE DURAÇÃO / CRONOGRAMA RESUMIDO (semestral, especificando as atividades)

No cronograma semestral de atividades deve-se deixar claro quais metas serão atingidas em cada fase do projeto. O acompanhamento técnico do projeto, caso a proposta seja aprovada, será feito com base nas metas e indicadores previstos.

| | |
|------------------|------------------|
| VISTO RT: | VISTO RL: |
|------------------|------------------|

**CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO****B6****13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS****VISTO RT: VISTO RL:**

| | | | | |
|--|--------------------------|----------------|------------------|------------------|
|  <p>FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA</p> | CUSTOS DO PROJETO | | | C1 |
| 1. TÍTULO | | | | |
| | | | | |
| 2. MATERIAL DE CONSUMO | | | | |
| DESCRIÇÃO | QTDE. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | |
| Ver instruções em anexo. | | | | |
| | | | TOTAL R\$ | |
| | | | VISTO RT: | VISTO RL: |

CUSTOS DO PROJETO

C2

3. MATERIAL PERMANENTE

| DESCRIÇÃO | QTDE. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--------------------------|-------|----------------|-------------|
| Ver instruções em anexo. | | | |
| | | TOTAL | R\$ |

4. DESPESAS DE VIAGENS

| DESCRIÇÃO | QTDE. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--|-------|------------------|------------------|
| Não apoiamos valores fechados de "diárias". Ver mais instruções em anexo. | | | |
| | | TOTAL | R\$ |
| | | VISTO RT: | VISTO RL: |

| FUNDAÇÃO O Boticário DE PROTEÇÃO À NATUREZA | | CUSTOS DO PROJETO | | C3 | |
|---|--|-------------------------|---------------------------------------|------------------|------------------|
| 5. DESPESAS COM TERCEIROS | | | | | |
| DESCRIÇÃO | QTDE. | VALOR / HORA OU SERVIÇO | VALOR TOTAL | | |
| Revelação de filmes/confecção de <i>slides</i> (Preenchimento obrigatório – Ver instruções em anexo) | | | | | |
| | | | TOTAL | R\$ | |
| 6. DESPESAS COM PESSOAL (EQUIPE) | | | | | |
| DESCRIÇÃO | Nº HORAS | VALOR /HORA | VALOR TOTAL | | |
| Ver instruções em anexo. | | | | | |
| | | | TOTAL | R\$ | |
| 7. SOMA DOS ITENS 2 a 6 | 8. DESPESAS COM ADM. DO PROJETO | | 9. CUSTO PARCIAL (ITENS 7 + 8) | | |
| R\$ | R\$ | | R\$ | | |
| 10. DESPESAS BANCÁRIAS (calcular sobre o valor do item 9) | | | | | |
| DESCRIÇÃO | VALOR TOTAL | | | | |
| Preenchimento obrigatório. Calcular CPMF, DOC's e TED's. Ver instruções abaixo. | | | | | |
| | TOTAL | R\$ | | | |
| 11. CUSTO TOTAL DO PROJETO (ITENS 9 + 10) | | | | | |
| R\$ | | | | | |
| | | | | VISTO RT: | VISTO RL: |

| | | |
|--|--------------------------|-----------|
|  <p>FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA</p> | CUSTOS DO PROJETO | C4 |
|--|--------------------------|-----------|

| 12. CRONOGRAMA FINANCEIRO SEMESTRAL | |
|---|--|
| RESUMO DOS GASTOS NO PERÍODO | VALOR TOTAL NECESSÁRIO NO PERÍODO |
| <p>CRONOGRAMA SEMESTRAL (especificar despesas, abrindo as rubricas – este cronograma financeiro será utilizado para acompanhamento do projeto, caso a proposta seja aprovada)</p> <p>ATENÇÃO: a primeira parcela do cronograma financeiro semestral não pode ser superior a 40% do valor total do projeto.</p> | |
| | <p>VISTO RT: <input type="checkbox"/> VISTO RL: <input type="checkbox"/></p> |

| | | |
|--|---------------|----------|
|  <p>FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA</p> | ANEXOS | D |
|--|---------------|----------|

1. TÍTULO**2. LISTAR, DESCREVER E INCLUIR ANEXOS QUE JULGAR NECESSÁRIOS**

ATENÇÃO: Não devolvemos anexos encaminhados.

| | |
|------------------|------------------|
| VISTO RT: | VISTO RL: |
|------------------|------------------|



Foto 01 – Módulo I – Explicação dos tópicos.



Foto 02 – Módulo I – Trabalho em grupo.

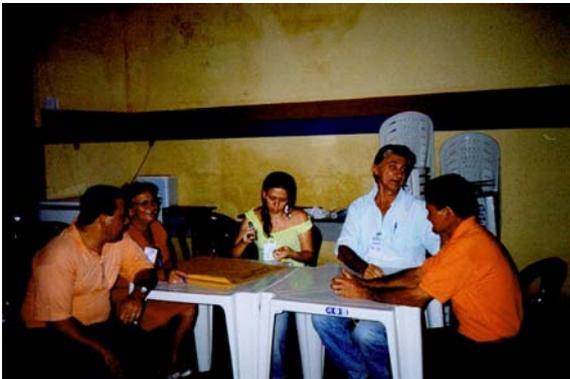


Foto 03 – Módulo I – Trabalho em grupo.



Foto 04 – Módulo I – Realização das oficinas.



Foto 05 – Módulo I – Realização das oficinas.

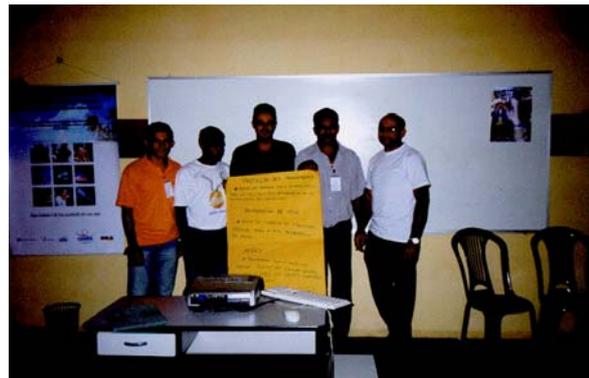


Foto 06 – Módulo I Apresentação dos trabalhos elaborados.



Foto 07 – Módulo I – Apresentação dos trabalhos elaborados.



Foto 08 – Módulo I – Apresentação dos trabalhos.



Foto 09 – Módulo I – Discussão para a elaboração do projeto.



Foto 10 – Módulo I – Momento de Avaliação.



Foto 11 – Módulo I - Grupos participantes.



Foto 12 – Módulo I – Reunião dos multiplicadores para elaboração do projeto.